

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 72/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
72/2024	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	JOSE HAROLDO MACHADO JUNIOR	18/06/2024 18:48 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		PAE 12032/2023

1. INF BÁSICAS

Processo Administrativo Eletrônico nº 12.032/2023

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para ampliação e reforma no Fórum Eleitoral de Caicó/RN.

2. OBJETIVOS

2.1 - Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para fins de **AMPLIAÇÃO E REFORMA DO FÓRUM ELEITORAL DE CAICÓ/RN**, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 - Situação atual do problema: o Fórum Eleitoral de Caicó, construído em 2008, foi inicialmente projetado para o funcionamento de duas zonas eleitorais. Com o passar dos anos, e o aumento normal da população e por consequência dos eleitores, e ainda em função de rezoneamento eleitoral, mecanismo

utilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte para redistribuir as estruturas de atendimento, fez com que a edificação se tornasse insuficiente.

3.2 - Esclarecendo: após o rezonamento a edificação passou a operar com ocupação máxima dos espaços com a chegada de mais uma zona eleitoral, totalizando **três zonas em funcionamento naquela edificação**.

3.3 - Para possibilitar a instalação da terceira zona na edificação, foi utilizado o espaço da sala de treinamento que foi redividida em sala do cartório e sala de arquivo de maneira improvisada utilizando-se divisórias navais, uma vez que seria provisório.

3.4 - Além da necessidade de abrigar em condições favoráveis à 23ª Zona Eleitoral, existe o pedido igualmente importante que se trata da necessidade de reformar uma sala existente para adequá-la a uma sala de audiências.

3.5 - O pedido foi justificado como uma necessidade do Fórum Eleitoral em razão das audiências que estavam sendo realizadas no Fórum de Justiça Estadual de Caicó, que já tem sua demanda elevada.

3.6 - Para possibilitar uma execução dentro dos padrões técnicos vigentes, e ainda otimizar os recursos, a administração contratou escritório de projetos para elaboração de todos os documentos técnicos suficientes para a correta execução das obras.

3.7 - Desta forma, propusemos a ampliação e reforma do Fórum Eleitoral de Caicó visando dotar a edificação de espaços apropriados com o devido conforto e segurança necessários à prestação jurisdicional.

4. ÁREA REQUISITANTE

Seção de engenharia - SENGE

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Requisitos orçamentários:

5.1.1 - Foi previsto no orçamento de 2024, o valor de **R\$ 293.319,00 (Duzentos e noventa e três mil trezentos e dezenove reais (ENG.POO 24.07))**, no entanto, esse valor sofrerá alteração, pois a empresa YAVEH CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI está elaborando os projetos e o orçamento da reforma e ampliação do cartório de Caicó, conforme PAE 5842/2023. Portanto, este presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo orientar os parâmetros da reforma e ampliação de Caicó de maneira geral, porém no que se refere ao valor final do orçamento da obra, bem como das quantidades dos serviços a serem contratados, ainda estão por ser finalizados em projeto. Contudo, no Termo de Referência esse levantamento já estará em sua forma definitiva para contratação.

5.2 - Requisitos técnicos:

5.2.1 - Conforme já descrito acima na contextualização do problema há necessidade de empreender a construção da ampliação e a reforma de parte do Fórum Eleitoral com uso de técnicas de engenharia devidamente normatizadas e com isso obter uma construção/reforma com a devida segurança e funcionalidade, além de garantir sua vida útil.

5.2.2 - Para tanto, a contratação aqui requerida é de empresa de engenharia ou arquitetura devidamente registrada no Conselho de Classe e apta a realizar os serviços de construção/reforma de edificação.

5.2.3 - Portanto, os serviços aqui pretendidos demandam a contratação de empresa do ramo da engenharia apta tecnicamente a realizar os serviços que serão detalhados em projetos e planilhas. Para tanto será exigida habilitação do responsável técnico compatível objeto pretendido de forma a garantir a realização dos serviços.

5.2.4 - Será exigida declaração emitida pelo proponente de que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará

deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

5.3 - Requisitos temporais

A contratação aqui proposta deve ser provida neste exercício haja vista que a dotação orçamentária foi prevista para este exercício.

5.4 - Requisitos geográficos

5.4.1- Requisitos acerca da vistoria prévia, não será exigida dos licitantes para participação no certame, podendo o licitante, às suas expensas, visitar o imóvel a ser ampliado/reformado desde que antecipadamente solicite autorização para adentrar a edificação com identificação prévia e horário marcado através de e-mail à senge@tre-rn.jus.br.

5.4.2 - Todos os custos de deslocamento, hospedagem, impressão de documentos, ART ou RRT, etc, deverão estar contabilizados no preço proposto pelos licitantes.

5.5 - Requisitos operacionais

5.5.1- Não há necessidade da futura contratada possuir sede ou filial no RN, contudo os serviços deverão seguir o cronograma definido pela contratante, seguindo critérios técnicos e normativos, sem que o quesito distância ou dificuldade de logística interfira no resultado.

5.5.2 - Todos os serviços contratados deverão ter o acompanhamento do responsável técnico habilitado no procedimento licitatório, conforme cronograma SENGE e necessidade do serviço.

5.5.3 - Como se trata de um serviços de ampliação/reforma e pelo caráter essencial, não pode deixar de ser realizado sob pena de causar prejuízos ao TRE/RN, e por isso a equipe da contratada deverá ter acesso autorizado ao edifício e departamentos deste, a fim de elaborar seu trabalho com a devida completude, contudo, o cronograma de realização dos serviços deverá ser previamente submetido à fiscalização.

5.5.4 - A subcontratação de serviços somente poderá ser autorizada pela Administração para serviços especializados que fujam à expertise técnica da futura contratada. Ou seja, a subcontratação não será, em nenhuma hipótese, a regra na execução contratual, só podendo se fazer uso dela para os serviços autorizados.

5.6 - Requisitos sustentabilidade

5.6.1 - A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

5.6.2 - Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas no que for cabível.

5.7 - Requisitos fiscais e trabalhistas e segurança da informação

5.7.1 - A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista.

5.7.2 - A empresa licitante deverá manter regularidade fiscal durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

5.7.3 - A contratada deverá seguir os preceitos das Normas Brasileiras vigentes dentro de cada especificidade do serviço, bem como seguir fielmente às normas de segurança do trabalho.

5.8 - Requisitos econômico-financeiros

5.8.1 - Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para fins de contratar com o TRE/RN.

5.9 - Requisitos administrativos

5.9.1 - A empresa habilitada, também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

5.10 - Requisitos legais

5.10.1 - A realização de serviços de engenharia em edificações urbanas deverá ser executada de acordo com as Normas Brasileiras e de Segurança do Trabalho vigentes, inclusive quanto à segurança dos profissionais.

5.10.2 - A metodologia de execução dos serviços deverá estar dentro das modalidades trazidas pelas normas da ABNT e atender às especificações contidas (Art. 1º da IN nº 02, de 2 de maio de 2017):

- Lei 14.133 de 01 de abril de 2021;
- Lei 5.194 de 24 dezembro de 1966;
- Legislação Municipal e/ou Estadual referente ao assunto;
- Resolução do CONFEA nº 218, de 26 de junho de 1973;
- Resolução do CONFEA nº 345, de 27 de julho de 1990;
- Instrução normativa nº 02 de 02 de maio de 2017;
- Normas de Órgãos de Classe que atuam na área de engenharia avaliação desde que não contrariem as Normas Técnicas da ABNT vigente.

5.10.3 - A empresa contratada também deverá atender, no que couber, as disposições contidas no Art. 6º da IN 01/2010 - SLTI/MPOG.

5.10.4 - O serviço requerido tem caráter pontual, ou seja, não é serviço continuado.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 - Considerando as soluções vislumbradas por esta equipe de planejamento, encontramos duas possibilidades que, a princípio, poderiam resolver o problema da ampliação e reforma das edificações:

6.1.1 - Vantagens: solução 1 - terceirização com mão de obra de empresa especializada: após pesquisa minuciosa por esta equipe de planejamento, acredita-se que a medida mais viável e que possa resolver o problema em questão é a contratação de empresa devidamente habilitada tecnicamente para adquirir os materiais, contratar os profissionais e realizar os serviços de acordo com a planilha elaborada. Trata-se da contratação de empresa especializada através de licitação, da forma como já foram feitas outras vezes para execução de diversos serviços deste Regional, de forma que a equipe de manutenção possa se dedicar a outros afazeres.

6.1.2 - Desvantagens: a fiscalização de mão de obra terceirizada por vezes se faz um tanto quanto laborosa, a depender da empresa que ganhará a licitação, no entanto, ainda se torna a solução mais vantajosa para administração.

6.1.3 - Vantagens: solução 2 - mão de obra própria: utilização dos servidores do quadro para elaboração dos projetos e execução dos serviços, seria possível, porém a compra dos materiais necessários para obra ainda exigiria licitação.

6.1.4 - Desvantagens: não há como realizar os serviços com a mão de obra residente, uma vez que o custo em utilizá-la está no pagamento de diária e altos custos de deslocamento, o que tornariam o serviço muito caro, além das dificuldades com obtenção de materiais uma vez que o almoxarifado dispõe de materiais voltados para manutenção em pequenas quantidades e com especificidades voltadas à manutenção do dia a dia.

6.1.5 - Considerando que uma obra de ampliação/reforma de uma edificação envolve a execução de serviços em quase todos os sistemas da edificação, certamente o almoxarifado não terá os materiais e as quantidades necessárias para o serviço.

6.1.6 - Some-se a isso as demandas diárias de todo o estado para a equipe reduzida de artífices, isso acarretaria acúmulo de demandas além de retardar a execução do serviço, que não poderão ser feitas ao mesmo tempo por conta do número reduzido de artífices.

6.1.7 - A única opção viável é a contratação de empresa especializada através de licitação, da forma como já foram feitas outras vezes para execução de diversos serviços deste Regional, de forma que a equipe de manutenção possa se dedicar a outros afazeres.

6.1.8 - Assim, só nos resta contratar através de procedimento licitatório empresa de engenharia ou arquitetura para executar o objeto pretendido pela administração.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - A contratação aqui proposta visa, entre outros, o atendimento da demanda através da contratação, em mercado privado, de empresa de engenharia ou arquitetura especializadas na construção ou reforma de edificações, que proporcionarão à Administração a obtenção dos serviços com qualidade técnica suficiente para realizar a obra de ampliação/reforma pretendidas para o Fórum Eleitoral de Caicó.

7.2 - Quanto ao serviço: os serviços de engenharia que serão executados nos prédios estão descritos nos projetos e nas planilhas. De forma sintéticas os serviços necessários envolvem:

7.3 - Serviços iniciais: elaboração de ART ou RRT, limpeza de terreno, poda de árvores, demolições, retirada de entulhos, etc.

7.4 - Movimentos de terra/fundações: escavações, fundações, aterros compactados, etc;

7.5 - Estruturas/alvenarias: execução das estruturas em concreto armado, alvenarias, fechamentos, etc;

7.6 - Pisos e revestimentos: chapisco, reboco, piso de concreto, piso cerâmico, etc;

7.7 - Revisão de cobertura: estruturas de aço para cobertura, telhas, calhas, impermeabilização, pintura anti-corrosiva, rufos e chapins, etc;

7.8 - Esquadrias: portas, janelas, combogós, etc;

7.9 - Pinturas: pintura geral da parte ampliada e reformada, interna e externa;

7.10 - Instalações elétricas e hidráulicas: revisão e ampliação das instalações elétricas e hidráulicas;

7.11 - Observações gerais:

7.11.1 - Todos os serviços deverão obedecer aos critérios técnicos definidos pela ABNT;

7.11.2 - Os serviços deverão ser desenvolvidos no horário comercial seguindo o calendário do município e a rotina do cartório eleitoral;

7.11.3 - Ao final de cada serviço o local deverá ser limpo e os dejetos devidamente destinados;

7.11.4 - Os serviços que envolvem a interdição do local e/ou ruídos excessivos deverão ser pré-agendados como o chefe do cartório visando minimizar o transtorno;

7.11.5 - Os serviços que não atenderem aos requisitos definidos na contratação deverão ser refeitos, sem ônus à contratante.

7.12 - Quanto à licitante: a contratação aqui requerida deverá atender às exigências técnicas de acordo com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Será necessária a apresentação de documentos que comprovem a

qualificação técnica dos licitantes, assim entendida como a comprovação da capacidade técnico-profissional e da capacidade técnico-operacional.

7.13 - Dessa forma, será exigido das empresas licitantes, para fins de habilitação no certame licitatório, a apresentação de comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, constituído de:

7.13.1 - Prova de registro ou inscrição do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme recomenda o Acórdão TCU nº 10362/2017 – Segunda Câmara.

7.13.2 - Qualificação técnico-operacional: atestados de capacidade técnica, acompanhado da ART ou RRT correspondente, que comprovem que o licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

7.13.2.1 - Execução de serviços de construção ou ampliação de imóvel, comercial ou industrial com área construída mínima de 100,00 (cem) m²

7.13.3 - Para atendimento à **qualificação técnico-profissional:** apresentação na data de abertura das propostas, de profissionais de nível superior, ARQUITETO OU ENGENHEIRO, reconhecidos pelo CREA ou CAU, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados junto ao CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:

7.13.3.1 - Execução de serviços de construção ou ampliação de imóvel, comercial ou industrial com área construída mínima de 100,00 (cem) m².

7.13.3.2 - Será exigida declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

7.13.4 - No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos deverão **ser inabilitados**.

7.13.5 - O Atestado Técnico apresentado para habilitação neste certame deverá comprovar a aptidão para a execução de serviços com características similares em complexidade técnica e operacional equivalente ou superior aos serviços previstos.

7.13.6 - Caso solicitado, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.14 - Quanto à vistoria prévia

7.14.1 - Não será exigida vistoria prévia dos licitantes para participação no certame, podendo o licitante, às suas expensas, visitar o imóvel desde que antecipadamente solicite autorização para adentrar a edificação com identificação prévia e horário marcado através de e-mail à senge@tre-rn.jus.br.

7.15 - Quanto à contratada

7.15.1 - Da empresa vencedora do certame será exigida para assinatura do contrato a inscrição ou visto no CREA-RN de acordo com os preceitos da Resolução nº 1.121/2019-CONFEA de 13 de dezembro de 2019, no que couber.

7.15.2 - Serão exigidos ainda, para assinatura do contrato, os documentos determinados pela Lei 14.133/2021 que serão definidos pelos setores jurídicos.

7.15.3 - Após assinatura do contrato a empresa deverá apresentar em até 5 dias úteis a ART ou RRT devidamente registrada no órgão de classe e o cronograma de execução, necessários à emissão de ordem de serviço, e ainda a relação dos funcionários que irão integrar a equipe de forma que o TRE/RN possa agendar e autorizar a permissão de entrada nas dependências do prédio, junto aos chefes de cartório e /ou administradores.

7.15.4 - Considerando a necessidade de agendamento descrita acima, cabe registrar que o cronograma deverá estabelecer datas em horários comerciais e estar constricto ao prazo de execução do serviço previsto no contrato.

7.15.5 - Será permitida a subcontratação apenas dos serviços de serralheria/esquadrias.

7.15.6 - Conforme determinação da Lei 14.133/2021 que regulamenta o procedimento licitatório, o contrato, as Leis 12.378/2010 e **5.194/1966 que regulamenta o exercício profissional do engenheiro e a Lei 12.378/2010, o profissional habilitado no certame terá a obrigação de gerenciar a execução dos serviços, não podendo em hipótese alguma sub-rogar ou subestabelecer tal obrigação, sob pena de contrariar a lei.**

7.15.7 - Caso o profissional habilitado esteja impossibilitado de prestar o serviço, a empresa contratada deverá requerer sua substituição por outro profissional de qualificação técnica igual ou superior ao habilitado no certame.

7.16 - Quanto a normatização e legislação aplicada ao serviço.

7.16.1 - A realização de serviços nas edificações listadas deverá ser executada de acordo com as Normas Brasileiras, inclusive quanto à segurança dos profissionais.

7.16.2 - A metodologia de execução dos serviços deverá estar dentro das modalidades trazidas pelas normas da ABNT e atender às determinações contidas:

7.16.2.1 - Lei 14.133/2021;

7.16.2.2. - Lei 5.194 de 24 dezembro de 1966;

7.16.2.3 - Legislação Municipal e/ou Estadual referente ao assunto;

7.16.2.4 - Resolução do CONFEA nº 359, de 31 de julho de 1991.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

8.1 - As quantidades serão elaboradas por empresa de engenharia já contratada para esse fim. A empresa contratada elaborará os projetos, e por consequência as quantidades dos serviços que serão necessários conforme levantamento, também elaborado pela empresa, sobre as quais se aplicou preços extraídos das tabelas SINAPI. O custo, bem como os itens serão especificados no Termo de Referência.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Estimativa do valor a ser contratado

9.1.1 - O custo será obtido por item, através de orçamento elaborado por empresa de engenharia contratada para esse fim, apontando quais serviços serão necessários conforme o levantamento de quantidades, também elaborado pela empresa, sobre as quais se aplicou preços extraídos das tabelas SINAPI. O custo, bem como os itens serão especificados no Termo de Referência.

9.1.2 - Os valores ajustados, serão enviados para o levantamento de orçamento no Termo de Referência, bem como por mudanças nos preços dos insumos, se for o caso. O valor abaixo foi estimado na proposta orçamentária de 2024.

LOTE	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	QTD	UND	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	Serviços de construção /reforma do Fórum Eleitoral de Caicó/RN, conforme Termo de Referência	1	Unid	R\$293.319,00	R\$ 293.319,00
				TOTAL	R\$ 293.319,00

9.1.3 - Dados do imóvel:

ITEM	IMÓVEL	ÁREAS				ENDEREÇO
		LOTE	EXISTENTE	AMPLIAÇÃO	TOTAL	
1	Fórum de Caicó	2.078,10	641,77	109,39	751,16	<p>Cidade Judiciária - R. Dom Adelino Dantas, s/n - Maynard, Caicó - RN, 59300-000</p> <p>Plus-Code Google Maps: GWFC+8R Maynard, Caicó - RN</p>

10. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

10.1 - A realização dos serviços no imóvel aqui proposto envolve a contratação de uma única empresa a realizar a planilha de serviços, ou seja, o imóvel será reformado/ampliado por apenas uma empresa.

10.2 - Ademais, levando-se em considerando que no imóvel serão realizados diversos serviços, a proposição de contratação de mais de uma empresa a realizar os serviços em um único prédio poderia apresentar um dos seguintes aspectos prejudiciais ao certame:

10.2.1 - Um item de serviço de pequeno valor sendo licitado isoladamente poderá ter pouco ou nenhum interesse dos licitantes, podendo restar prejudicado tendo em vista que a contratação item a item acarretará disputas, contudo, os últimos itens do certame, ou aqueles de menor preço proposto, poderão ter menos interesse e a pouca disputa pode proporcionar prejuízo por não lograr êxito no certame;

10.2.2 - Considerando a quantidade de serviços na planilha, muitos deles com preços bem menores que outros, acarretarão uma enorme quantidade de documentação a ser analisada, não desconsiderando a possibilidade de mais de quarenta contratos a serem geridos e fiscalizados;

10.2.3 - Outro aspecto a ser levado em consideração, e que é fato atestado nos pregões de compra de materiais, que pela sua natureza tem um elevado número de itens, é que ao final muitos daqueles itens restam prejudicados, acarretando ainda mais gastos para a Administração com novos procedimentos;

10.2.4 - Por fim, os serviços guardam interdependência. Caso realizado por empresas distintas, poderia gerar dificuldades na fiscalização e na apuração de responsabilidade se a entrega não ocorresse de acordo com o termo de referência.

10.2.5 - Com base nestes aspectos, e com vistas ao sucesso da contratação propusemos a contratação em forma de lote, o que irá despertar mais interesse, e ainda buscando a diluição do custo de deslocamento. Desta forma pretendemos aproveitar melhor o mercado e o procedimento licitatório.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

11.1 - Não há contratações correlatas que atendam a esta demanda, portanto, para atendê-la nos resta a contratação objeto deste estudo.

12. ALINHAMENTO CONTRATAÇÃO x PLANEJAMENTO

12.1 - A presente contratação faz parte do PAC 2024 (ENG.POO 24.07).

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

13.1 - Em termo de efetividade, o resultado pretendido pela Administração é a ampliação e reforma do cartório eleitoral de Caicó de modo a alocar as 3 Zonas eleitorais sediadas no município de modo a atender as especificidades dos cartórios da melhor forma possível.

13.2 - Intenciona-se promover boas condições nas instalações físicas, elétricas, hidráulicas, sanitárias aos serventuários da justiça eleitoral, bem como à população atendida no município de Caicó e demais municípios que compõem as Zonas Eleitorais 23^a, 25^a e 26^a.

13.3 - Com a execução dos serviços previstos em projetos já contratados, e que é objetivo deste presente estudo, os resultados pretendidos irão englobar a reparação de problemas de infraestrutura predial, para que haja desempenho adequado das atividades nas Zonas supracitadas, além de segurança e bem estar do servidores, colaboradores e usuários.

13.4 - Haverá potencialização da motivação e desempenho dos servidores e colaboradores, e conseqüentemente o fortalecimento da imagem institucional, principalmente no que se refere ao ano corrente de eleições municipais 2024, o que é sabido que demanda muito trabalho às zonas eleitorais.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1 - Cabe ao contratado adoção de logística e/ou medidas administrativas que visem a execução do serviço sem efetivamente paralisar o funcionamento das unidades.

14.2 - Ao contratante cabe informar à respectiva unidade do calendário dos serviços contratados

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1 - Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, do MPOG, os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

15.1.1 - Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

15.1.2 - Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

15.1.3 - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

15.1.4 - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

15.1.5 - Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

15.1.6 - Com vistas a minimizar os impactos ambientais, o Termo de Referência será elaborado em respeito às principais normas sobre a

matéria, tais como a IN 01/2010 - SLTI/MPOG já citada e o Plano de Logística Sustentável do TRE/RN.

16. REQUISITANTE

16.1 - Ronald José Amorim Fernandes - Integrante Demandante.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1 - A Equipe de Planejamento entende que a contratação aqui pretendida tem sua viabilidade baseada em outras contratações do gênero já realizadas e devidamente finalizadas, obtendo sucesso em 100% das obras realizadas.

17.2 - Quanto à razoabilidade é fácil entender que nos dias atuais todas as edificações necessitam de espaços apropriados para realização das mais diversas tarefas com o devido conforto e segurança.

17.3 - Com isso, é razoável entender que contratações do gênero visam proporcionar espaços mais adequados e salubres, garantindo o funcionamento regular das edificações e a correta prestação dos serviços públicos.

17.4 - Portanto, entendemos que a contratação é viável e razoável para a Administração.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE HAROLDO MACHADO JUNIOR

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 18/06/2024 às 18:48:23.

